

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSITUTO DE CIÊNCIAS SOCAIS - ICS
CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA

WELLINGTON NETO DA SILVA

JOGOS KOIUPANKÁ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Maceió – AL

2016

WELLINGTON NETO DA SILVA

JOGOS KOIUPANKÁ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para do grau de licenciatura em ciências sociais.

Orientador Prof. Dr. Siloé Amorim

Maceió - AL

2016

Folha de Aprovação

WELLINGTON NETO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para do grau de licenciatura em ciências sociais.

Orientador Prof. Dr. Siloé Amorim

Prof.º Doutor, Siloé Soares de Amorim, Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Orientador)

Banca Examinadora:

Prof.º Mestre, Adelson Lopes, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

Prof.ª Doutora, Silvia Martins, Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Dedicatória

**Dedico este trabalho aos professores e professoras da
Escola Estadual Indígena Anselmo Bispo de Souza, da aldeia Koiupanká.**

Agradecimentos

Agradeço a Francisco Koiupanká pela acolhida e por ser um elo fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa; ao meu querido professor orientador, Siloé Amorim por toda disposição, por contribuir com meu aprendizado e pela paciência que teve durante esse período de pesquisa; gratidão aos companheiros do CIMI, Hélio, Daniela e Zenus que vivenciaram e contribuíram nas minhas idas á campo; a minha família pelo grande apoio dado a mim durante toda a minha vida; a minha tia Cícera pelo incentivo e por ser um exemplo que me ajudou a seguir na profissão docente; aos meus amigos e amigas que sempre ouviam minhas lamentações e felicidades e as grandes amizades construídas durante o curso de ciências sociais licenciatura; agradeço imensamente a família Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) que tanto me proporcionou grandes experiências na militância e tantas coisas boas que interferiram no meu modo de ver o mundo, de amar e de me tornar à pessoa que sou.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em analisar elementos presentes em práticas desportivas realizadas na aldeia Koiupanká. Desde o processo formal de “ressurgência” no qual se apresentaram com o etnônimo Koiupanká entre 11 e 12 de dezembro de 2001, o povo Koiupanká enfrenta diversos desafios, entre eles está a questão da visibilidade, a reivindicação da demarcação de suas terras e a educação escolar indígena como possibilidade de motivação dos mais jovens no envolvimento das práticas tradicionais do seu povo. Tais práticas desportivas compõem manifestações lúdicas, e são denominadas pelos sujeitos que as executam de jogos tradicionais indígenas, que exigem habilidades motoras, cálculo, agilidades no exercício do corpo e conhecimento em diversas disciplinas do currículo escolar que estão diretamente relacionadas ao modelo de educação indígena desenvolvido pelos sujeitos investigados. Foram realizadas pesquisas de campo na área indígena Koiupanká entre outras, entrevistas e diversas leituras relacionadas ao tema aqui discutido, a fim de compreender o significado dos jogos indígenas e identificar possíveis contribuições desses jogos para o fortalecimento das práticas culturais do povo Koiupanká. Ao realizar esses procedimentos analíticos, constatam-se conjuntamente noções de alteridade na educação escolar indígena tendo os jogos como um instrumento que possibilita diálogo entre diferentes culturas.

Palavras chaves: Jogos, Koiupanká, alteridade, Educação Indígena.

Abstract

This monograph intends to analyze the sports practices and its elements in a Koiupanká native village. Since its resurgence, in 2001, the Koiupanká people faces several challenges, as the social visibility, the land demarcation claim, and the indigenous education. Those native sports are defined by the Koiupanká as games that demands motor skills, calculus abilities, corporal agility and general knowledge in several subjects related to the indigenous education. Our researches were based on native village visits, interviews, and several themed books reading, in order to understand the meaning of the indigenous sports, and how it does contribute to Koiupanká people. When searching about this theme, it was noticed some kind of alterity in indigenous education, in a way that those games can allow a dialogue between different cultures.

Keywords: Games, Koiupanká, alterity, indigenous education.

Sumário

Introdução	09
1- Os Koiupanká	14
1.1 Situação da terra e alguns desafios a serem superados	16
2- Educação Escolar Indígena	20
2.1 Educação Indígena	23
2.2 Jogos Indígenas Koiupanká na Educação Escolar Indígena: noções de alteridade	24
3- IV Jogos Koiupanká	26
3.1 Regras do Jogo Koiupanká	29
3.2 Modalidades do Jogo Koiupanká	30
3.3 O Toré	41
3.4 O jogo e rito	43
Considerações finais	43
Referências	45

Introdução

Esta pesquisa discorre sobre a prática dos Jogos Tradicionais Indígenas na aldeia Koiupanká, localizada na região do sertão do estado de Alagoas. Vários tipos de jogos são praticados por diversos povos tradicionais em toda América e presume-se que essas variedades de jogos sejam imensuráveis e não cometeria a inexatidão da tentativa de abordar detalhes sobre a prática dos jogos tradicionais em outras culturas que não advir-se dos sujeitos investigados na presente pesquisa, pois, cada povo possui dinâmicas, características, organização e ambições próprias e diversas.

De forma um pouco abrangente, de acordo com Fasshebe (2006) o que denominamos atualmente de Jogos Tradicionais Indígenas é a forma como cada grupo étnico concebe fazer de modo bastante diversificado, dinâmico e com práticas que exigem o exercício do corpo, habilidades de cálculo, habilidades motoras e compartilham valores e saberes culturais criados na socialização da vida dos próprios sujeitos do grupo étnico.

Jogos Indígenas como objeto de estudo ainda é considerado incomum nas Ciências Sociais. Os estudos e pesquisas sobre as variedades dos jogos indígenas e suas particularidades passam a ser mais inseridos nas ciências sociais a partir das últimas quatro décadas, porém, estes aspectos ainda são pouco estudados pelas ciências sociais no que se refere a dados etnográficos. Quando se examinam as fontes disponíveis sobre jogos tradicionais na América do Sul, parece que as fontes científicas relacionadas a este tema estão bastante dispersas. Vários jogos são esporadicamente citados em um contexto mais amplo, mas, na maioria dos casos, os autores se atêm a mencionar alguns “Jogos Indígenas” sem maiores explicações (FASSHEBE, 2006, p. 75). Fasshebe reafirma que só recentemente o tema Jogos Indígenas tem ganhado mais relevância nas Ciências Sociais, no campo da Antropologia e da Educação Física, sendo a partir da década de 60 que se impulsionaram estudos sobre jogos indígenas das mais variadas formas.

Segundo Fasshebe, algumas primeiras sistematizações de dados etnográficos sobre jogos indígenas no século XX se encontram nas narrativas de Curt Nimuendaju (1937) que realizou estudos sobre os índios Kaingang e relatou sobre a escalada do pinheiro. Outro pioneiro na coleta de dados etnográficos sobre o tema aqui tratado foi Telêmaco Borba (1908) o qual anotou dados sobre o campo de batalha Kanjri que era um jogo que simula tipos de guerra entre os Kaingang. Posteriormente outros etnólogos

como Lévi-Strauss (1997), Viveiros de Castro (1987), e Darcy Ribeiro (1970), passam a identificar os jogos indígenas como elemento da cultura indígena.

Segundo o Atlas do Esporte no Brasil (2005), em 1958 é lançado o documento “Brinquedo de nossos Índios”, organizado pelo antigo Conselho Nacional de Proteção ao Índio, que hoje é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Constituição Federal (CF) de 1988 obriga o Estado, no artigo 217 a “proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que vinculem às nossas raízes etno-históricas” (CF, 1988). Em 1996 o Ministério Extraordinário do Esporte cria o “Programa Esporte de Criação Nacional”, citando práticas desportivas indígenas como uma das prioridades no programa. Outro complemento a este dispositivo constitucional está na criação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, criado em 1998 e que ressalta o aprendizado dos esportes e “resgate” dos jogos tradicionais nas aldeias como instrumento de aprendizado.

Consta no Atlas do Esporte no Brasil que “Os jogos tradicionais indígenas são atividades corporais, com características lúdicas, pelas quais permeiam os mitos e os valores culturais” que envolve uma questão educacional de formação dos mais novos referentes à permanência desses no espaço que vive seu grupo étnico, como exercício de rememorar os modos de vida dos antepassados e uma prática de lazer e socialização.

A universalização dos jogos olímpicos modernos durante o século XX, com o processo de globalização, o padrão de regras e normas dos jogos olímpicos modernos teve influência em diversas culturas e países, instituições e escolas. Com referência a essas influências dos jogos olímpicos modernos e no programa do Ministério do Esporte criado em 1996, criou-se o primeiro Jogos dos Povos Indígenas (JPI) no Brasil, idealizados por Marcos e Carlos Terena, aprovados e organizados pelo Comitê Intertribal, com representantes indígenas locais (Terena) e “líderes nacionais”, juntando aproximadamente 30 povos, no dia 16 de abril, em Goiânia, estado de Goiás, segundo o Atlas do Esporte no Brasil (2005).

Os Jogos dos Povos Indígenas tomaram grandes proporções, tornaram-se mega-eventos que os quais, até então não existe um consenso entre algumas lideranças, um dos motivos se dá devido à influente relação com setores/representantes do Estado que estão em conflitos de terras e a visibilidade midiática que para alguns se interfere em aldeias para fazer a imagem do índio em mercadoria. Por outro lado, várias etnias tem se apropriado de mecanismos midiáticos e passam a perceber os jogos na grande

dimensão que é realizada como um espaço de representação e visibilidade na sociedade não indígena e no Estado para a garantia de direitos, socialização de diferentes linguagens e fortalecimento dos fóruns de discussão sobre políticas públicas para e com os povos tradicionais.

Em Alagoas, na atual conjuntura, percebem-se muitas reivindicações apresentadas pelos povos indígenas, entre as reivindicações destaca-se a luta pela a visibilidade e reconhecimento étnico por parte de setores do Estado (FUNAI), o direito a terra e a água, saúde e educação e lazer. Direitos essenciais que também proporcionam a formação dos mais jovens na sua tradicionalidade e a permanência dos mesmos no território do seu povo, exigindo assim, uma educação diferenciada que crie mecanismos os quais possibilitem na formação nos mais jovens a compreender sua história, a organização do seu povo e estimular habilidades na luta por direitos.

Ao visitar algumas aldeias indígenas em Alagoas, como os Karapotó, Xucurukarirí, Kalankó, Geripankó, Katokin e Karuazú, pude apanhar essas séries de reivindicações citadas. Em campo, entre dezembro de 2013 á setembro de 2016, a princípio, surgiu o interesse em buscar compreender como se dava o ingresso dos mais jovens no movimento indígena, que se organiza através da articulação entre diversas lideranças, porém, nessas visitas fui me distanciando um pouco do tema que pretendia pesquisar. Ao perceber o envolvimento de vários jovens em esportes em momentos de lazer na sua comunidade.

Este interesse em estudar esporte se deu inicialmente durante uma participação minha em uma partida de voleibol numa tarde de sábado na aldeia Karapotó – Plakiô, em São Sebastião, Alagoas. A partir de então comecei a ler artigos em jornais, revistas e páginas das redes sociais de internet sobre o tema, e foi quando fui tomando nota sobre eventos desportivos de grandes portes organizados por povos indígenas e também descobri que no estado de Alagoas um grupo étnico estava fazendo a experiência de realizar atividades desportivas denominadas de jogos indígenas Koiupanká. Vale lembrar que práticas desportivas como voleibol, handebol, futebol e entre outras sempre fizeram parte de atividades rotineiras nos territórios indígenas. O futebol por exemplo é muito marcante em várias comunidades indígenas. Os Karapotó – Plakiô, Geripankó e Wassú-Cocal chegam a organizar e treinar times de futebol para competir dentro e fora de suas aldeias. Cada povo possui suas dinâmicas desportivas.

O povo Koiupanká atualmente encontra-se inserido nesse contexto o qual foi exposto alguns desafios e reivindicações dos povos indígenas em Alagoas. Há alguns anos são realizados na aldeia práticas desportivas denominadas de *jogos indígenas Koiupanká*. Os jogos indígenas Koiupanká estão na quinta edição realizada em 2016 ainda aparece como algo novo para os povos indígenas de Alagoas, também como mais um elemento de estudo acadêmico no estado.

Este trabalho busca estudar os jogos Koiupanká como um possível mecanismo de enfrentamento aos problemas da comunidade indígena Koiupanká. Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender o significado dos jogos indígenas na aldeia Koiupanká. Reforço que esta “curiosidade” em pesquisar estes jogos veio a partir de algumas vivências como educador popular que tinha acesso á algumas lideranças indígenas (não se inclui lideranças Koiupanká) e visitas feitas nas áreas indígenas antes citadas com um grupo de pesquisa de atualização do Atlas Terras Indígenas em Alagoas, coordenado, inicialmente Professora Silvia Martins (2007) e sua atualização, coordenada pelo Prof. Siloé Amorim ambos do ICS em parceria com o Curso de Licenciatura Indígena (CLIND) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), juntamente com o Prof. Adelson Lopes e a equipe do CLIND. Devido uma série de complicações pessoais que interferiram na minha acadêmica a pesquisa durou mais de um ano para chegar a esta sistematização.

Esta pesquisa buscou seguir o método qualitativo. Segundo MARTINS, H. H. T. de S. (2004) A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Sendo assim, busquei uma metodologia com os seguintes procedimentos: leitura de documentos, sobre o tema (sítios, jornais impressos, redes sociais de internet, artigos científicos, livros impressos e entre outros), análise do projeto pedagógico da escola indígena na área Koiupanká – na quarta edição dos jogos indígenas que aconteceu em 19 de dezembro de 2014.

O trabalho de campo também foi feito ainda em períodos que os jogos não estavam acontecendo. Em campo foram realizadas conversas com o vice cacique, Inácio Silva; entrevistas com Francisco João da Silva, diretor da Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza; consultas ao regimento interno dos jogos cedidos pela coordenadora da escola mencionada e diálogo com representantes do Conselho

Indigenista Missionário sobre o acompanhamento dessa entidade jurídica aos povos indígenas em Alagoas.

De modo que este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresento um conceito sobre grupo étnico a partir da teoria de Barth, contextualização da conjuntura do povo Koiupanká, sua história, organização e os principais desafios a serem superados como: o reconhecimento étnico de suas terras pela FUNAI, a ameaça de terceirização de profissionais da escola indígena que pode interferir de modo negativo na educação escolar indígena. O segundo capítulo aborda sobre as atribuições desenvolvidas na Educação Escolar Indígena e os parâmetros que regem esse modelo diferenciado de educação e discorre sobre noções de alteridade nos jogos como instrumento pedagógico da Educação Escola indígena Koiupanká. O terceiro e último capítulo apresento dados etnográficos da quarta edição dos jogos indígenas Koiupanká e de outros processos de preparação para o V Jogos Koiupanká. Este capítulo está subdividido nos seguintes pontos: a participação de outras etnias, o regulamento, as modalidades e os rituais nos jogos. As narrativas dos capítulos um e três são compostas também por imagens fotográficas de minha autoria durante o período dos jogos na área indígena Koiupanká, nos pré-jogos na aldeia Geripankó, nas reuniões e entrevistas com a direção da Escola Ancelmo Bispo de Souza e visitas com representantes do CIMI. Contém ainda imagens registradas pelos próprios índios organizadores do evento. Acredito que a utilização das imagens ajuda a facilitar o diálogo com o leitor a fim de desenvolver uma melhor compreensão do texto.

1- Os Koiupanká



Figura 1. Localização do município de Inhapi em Alagoas. Fonte: IBGE.¹

O povo Koiupanká está localizado no município de Inhapi, no sertão do estado de Alagoas, a 270 km de Maceió. Os povos indígenas que atualmente habitam o semi-árido alagoano, Geripankó, Kalankó, Karuazú, Katokin e Koiupanká, são originários do tronco étnico Pankararú. O etnônimo Koiupanká faz referência a Comunidade Indígena União Pankararú (Amorim; 2003) e têm sua organização consolidada desde o início da década dos anos 2000.

Na linguagem indígena, os Pankararú seriam o tronco enquanto seus descendentes a “rama” ou “ponta de rama”. O processo de emigração para o Estado de Alagoas começou no final do século XIX, início do XX (AMORIM; 2003). Em 2001 foram reconhecidos por outros povos indígenas também da mesma região do semi-árido de Alagoas: Karuazú, Katokin, Kalankó, Xucurú Carirí e entre outros.

Na abordagem sobre o contexto de reconhecimento do grupo étnico Koiupanká, se faz necessário fazer referência ao conceito no que diz respeito a grupos

¹ Fonte: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270330&> - acesso em: 10 de abril de 2016.

étnicos. Reporto-me ao conceito de grupos étnicos utilizando o argumento apresentado por Friedrik Barth, quando os define por categorias que apontam seus limites e fronteiras. Para Barth os grupos étnicos operam como categorias de descrição e Autodescrição.

Autodescrição está relacionado à forma como um determinado grupo (étnico) se identifica e se posiciona frente à sociedade externa e a outros grupos. A categoria da descrição é referente sobre de que forma uma sociedade não pertencente a determinado grupo observa o mesmo (BARTH, 1969). O modo de organização dos grupos étnicos é o que conceitua a etnicidade. Etnicidade se dá partir de interações geradas por valores culturais de um povo. Desta forma, entende-se a partir da teoria de Barth (1969) que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação construídas pelos próprios sujeitos por meios interacionais que, segundo Martins (2007) os povos são:

(...) reconhecidos por sua história de resistência e não mais por uma suposta emergência ou ressurgência étnica, conforme vinha sendo reconhecidos os índios no Nordeste ou aqueles que foram destituídos de seus territórios e práticas culturais, religiosas, sociais e que, contudo, vêm reaparecendo no cenário político do indigenismo institucional, em busca de seus direitos. (MARTINS, 2007, p.148)

Neste sentido, o povo Koiupanká foi reconhecido por várias etnias do país (formalmente) em 2003, no mesmo período que acontecia o Primeiro Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta Pelo reconhecimento Étnico e Territorial. De acordo com o Relatório Técnico do Atlas Terras Indígenas em Alagoas os povos presente neste encontro decidiram que os Koiupanká devem ser reconhecidos por sua resistência.

Em alguns momentos de rituais como o praiá, ritual do milho, da mandioca e queimada do murici, as comunidades dos Koiupanká mudam suas atividade rotineiras. Estes momentos de rituais como o da queimada do murici ocorrem geralmente em abril ou março (sábado da semana santa) quando passam por um momento espiritual profundo apenas entre indígenas (VIEIRA, 2010). É o período que comemoram o seu ressurgimento.

1.1 Situações da terra e alguns desafios a serem superados

Os Koiupanká se organizam em três áreas territoriais chamadas de núcleos: Sítio Roçado, Cabeça de Galo e Baixa Fresca. O sítio Roçado é um dos núcleos da aldeia onde vive boa parte das lideranças Koiupanká, é também o núcleo sede da aldeia e o mais próximo da zona urbana de Inhapi. Algumas famílias Koiupanká vivem nas regiões rurais e outras na cidade. O povo Koiupanká tem uma população considerável grande. Ao todo são 177 famílias e uma população de 800 indivíduos. A população Koiupanká tem atualmente um número de 171 jovens, sendo 97 do sexo masculino e 74 do sexo feminino. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) é considerada jovem a pessoa que estiver na faixa etária entre 15 a 29 anos.

Esses dados citados acima foram colhidos no pólo de saúde da comunidade. Esses e outros dados foram acessados durante um encontro com lideranças da escola e o CIMI, no dia 17 de junho de 2016 para a construção de um projeto referente aos jogos indígenas Koiupanká 2016.

A terra que os Koiupanká ocupam é considerada dominial tradicional indígena, ou seja, mesmo que não seja homologada, a terra é de domínio dos próprios índios, herdada ou adquirida por parentes. No Brasil existem três categorias de terras indígenas: reservas indígenas, tradicionais indígenas e domínias indígenas. As terras adquiridas pela União, doadas por terceiros ou desapropriadas pelo Estado para a permanência efetiva de determinado grupo étnico indígena são denominadas como reservas indígenas. As terras tradicionalmente indígenas são terras ocupadas originalmente por indígenas. A modalidade dominial indígena refere-se à forma de qualquer aquisição da terra para seu usufruto. Essas modalidades estão referendadas na Constituição Federal 1988, Lei 6001/73 - Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96 de acordo como banco de dados que consta no site da Fundação Nacional do Índio ².

Desde o século XIX (1883) os Koiupanká reivindicam o reconhecimento étnico-territorial (delimitação) para posterior fazer a demarcação das terras que ocupam. Até o dia 25 de setembro de 2016 (última vez que estive novamente na aldeia) ainda estavam esperando a promessa feita pela FUNAI para formar um Grupo de Trabalho (GT) para estudar o reconhecimento da terra.

² <www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> acesso em: 10 de abril de 2016.

Parte dos Koiupanká vivem em pequenas parcelas de terra em propriedade dominial na zona rural nos arredores da cidade, outras famílias vivem na própria cidade de Inhapi. Para o auto-sustento referente à plantação, algumas famílias dependem das terras de posseiros, os Koiupanká trabalham na terra que não é dele legalmente. Além disso, ainda surge outro problema: trabalha pelo modo que é chamado de “meiota”, ou seja, parte do que for plantado fica para o posseiro. Este é um acordo para que o trabalhador possa usufruir da terra para a plantação de milho, macaxeira, batata doce, inhame, feijão de corda e entre outros.

Muitos desses posseiros “permitem” o trabalho do indígena na plantação da roça pelo fato de terem uma relação de amizade com alguns indígenas ou conhece alguém que tenha um grau de parentesco, e em algumas ocasiões o trabalhador não pode se identificar como indígena, pois, alguns posseiros temem que o indígena possa reivindicar a posse da terra. Para evitar conflitos muitos desses trabalhadores não podem se assumir como índio para o posseiro.

Como se percebe, o principal desafio dos Koiupanká é o acesso a terra. É um direito legítimo dos indígenas e elemento essencial para a sobrevivência, para satisfazerem as suas carências vitais. Quando este direito é impossibilitado ou negado surge daí diversos problemas e entre esses problemas está o êxodo de jovens para as grandes capitais.

A direção da escola indígena, tendo como diretor Francisco João da Silva informou que tem aumentado o número de pessoas que saem inclusive da região para buscar outros modos de sobrevivência. A maioria principalmente mais jovem, ao terminar o ensino médio, por não ter acesso ao trabalho que garanta sua sustentabilidade financeira no território sai da aldeia e do estado de Alagoas para trabalhar em São Paulo na construção civil ou como vigilante.

Apesar de ainda subsistir muitos desafios diante do não reconhecimento da terra por parte do Estado, ou seja, a FUNAI, algumas conquistas significativas aconteceram ao longo de sua luta entre elas: a instalação de um pólo de saúde e a escola estadual indígena.



Foto 01: Pólo base Koiupanká. Imagem feita no dia 17 de junho de 2016 no período de coleta dos dados – fotografia: Wellington Neto

O Pólo Base Koiupanká foi inaugurado em 2011. São atendidos por um médico e um dentista que passam a semana e dormem na comunidade e tem o serviço de uma enfermeira que mora na zona urbana. A comunidade é atendida por um médico cubano que faz parte do programa “Mais médicos”, criado pelo do governo federal durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Na área indígena Koiupanká têm á disposição uma ambulância e um carro de apoio no pólo de saúde. A conquista desse pólo base com equipe fixa tem contribuído muito com a população Koiupanká. Antes havia apenas uma equipe itinerante do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), na ausência dessa equipe os indígenas buscavam atendimentos no sistema de saúde do município.



Foto 02: Escola Estadual Indígena Anselmo Bispo de Souza. Imagem feita no dia 17 de junho de 2016. Parte externa do setor administrativo da escola – Fotografia: Wellington Neto

No período de coleta de dados em campo algumas informações referentes à escola foram cedidas pela direção. Até 18 de dezembro de 2015, segundo informações cedidas pelo diretor da escola que também é uma das lideranças da aldeia, Francisco Koiupanká, a escola possui um quadro de 21 funcionários, 193 estudantes matriculados (até 18 de dezembro de 2015) distribuídos entre os níveis infantil, fundamental I e II, ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2016 esse número de estudante mudou. Atualmente são 177 estudantes matriculados em três turnos. Houve uma redução de estudantes das turmas da EJA e encerramento de uma turma do ensino médio. A escola foi fundada em 2006, fica no núcleo roçado, duas casas são alugadas na aldeia pela Secretaria Estadual de Educação para abrigarem as turmas. Também contam com um carro de para o traslado dos estudantes de outros núcleos.

Existe uma ameaça grave de retrocesso aos povos indígenas de Alagoas. O problema foi relatado pelos missionários laicos do CIMI (2016), Daniela Oliveira, Hélio Pereira e pela direção da escola: está tramitando um projeto pelo governo do estado de Alagoas que pretende avançar o processo de terceirização nas escolas, e neste processo atinge diretamente os povos indígenas e seu “modo diferenciado de educação” o qual dialogaremos no próximo capítulo.

Uma vez que, corre o risco de professores indígenas que não possuem cargos efetivos possam ser substituídos por não indígenas e além do mais estarem a serviço dos interesses de empresas privadas que representam os interesses de não índios focando apenas nos ideais de produção do capital monetário. Este processo ainda não está implantado por meio definitivo aos povos indígenas de Alagoas, porém segue sendo estudado por técnicos da secretária estadual de educação.

Diante do contexto abordado percebe-se os grandes desafios que são enfrentados pelos Koiupanká. A coordenação pedagógica da escola indígena procura por meio da educação de escolaridade indígena inserir e incentivar os mais jovens por meios de práticas pedagógicas sobre tradicionalidade e tem os jogos indígenas como principal instrumento pedagógico. Estas práticas pedagógicas realizadas pela escola serão explanadas no decorrer do presente trabalho.

2 - Educação Escolar Indígena

Educação Escolar Indígena é a terminologia mais utilizada pelos indígenas e pelo Estado para fazer uma distinção do ensino voltado aos povos indígena, um ensino que garanta no processo de aprendizado, a socialização e integração de práticas culturais/tradicionais de cada povo indígena desde o ensino infantil.

A Educação Escolar Indígena está em execução legal por meio da Constituição Federal de 1988 e sob a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); compete ao Ministério da Educação (MEC) coordenar a nível nacional as políticas públicas de Educação Escolar Indígena tendo como um dos instrumentos o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), construído em 1998; cabendo também aos estados e municípios a responsabilidade na execução dessas políticas criadas pelo MEC para a garantia deste direito dos povos indígenas, que se tornou uma grande conquista de vários anos de reivindicação do movimento indígena.

A educação escolar indígena passou por vários paradigmas ao longo da história da educação no Brasil, desde o período colonial até o final do século XX. No Brasil colônia os processos educacionais iniciaram com os Jesuítas, posteriormente com outras ordens Católicas; e missões messiânicas com o intuito de “catequizar” e “civilizar” os

índios, seguindo um modelo assimilacionista cultural europeu e também criar mecanismos de exploração da força de trabalho.

Este modelo escolar se concretiza em 1558 que foi explicitado um plano “civilizador” defendido pelo padre Manuel da Nóbrega focando os mais novos nesse processo, buscando monitorar, refrear e regular os nativos através de um sistema que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo. Este foi um contraponto apresentado aos colonizadores que defendiam a dizimação deliberada (MONTEIRO, 1994; p.36).

Frente aos modelos de educação imposta aos indígenas desde o Brasil colônia, foi na década de 70, no século XX que foi se iniciando uma organização política consolidada entre lideranças de varias etnias, um movimento que começou fora dos espaços institucionais do Estado como, por exemplo, a FUNAI e contou o apoio de algumas entidades da sociedade civil, que acabou resultando neste modelo bilingue de educação diferenciada que temos hoje.

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI: 34).

Este aspecto da educação escolar indígena nos é relevante, pois, trata a educação como uma política pública de direito garantido constitucionalmente. Foi partindo desses desafios que surgiu a Educação Escolar Indígena, com necessidade de implantação de uma educação ultrapasse o ambiente escolar, que contribua como instrumento político a serviço da comunidade e de sua emancipação, uma escola que contemple os letramentos e os valores simbólicos do meio que ela está inserida, com professores técnicos orgânicos, ou seja, vindos da própria comunidade e que facilita nos trabalhos técnicos de elaboração de regimentos, calendários, currículos, materiais

didático-pedagógicos e conteúdos programáticos adaptados às particularidades étnico-culturais e linguísticas próprias a cada povo indígena.

Para o antropólogo da Universidade de São Paulo, Luiz Donizetti Grupioni (2006) a formação de professores indígenas é outro ponto que favorece na universalização da qualidade do ensino na escola indígena. Na década de 80 “Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organizações não governamentais. Esses poucos programas pioneiros, no entanto, fizeram a escola e rapidamente começaram a surgir, em todas as regiões do país, mais e mais programas de formação para o Magistério Indígena” (MAHER, 2006, p.23). A partir da década de 90 a responsabilidade da formação de profissionais do magistério na educação escolar indígena passou a ser do Estado. Com isso, estados federativos criaram programas voltados à formação de professores.

O estado de Alagoas, entre outros é atendido pelo Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) é uma iniciativa do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Ensino Superior (SESU) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para graduar professores da população indígena³. Por meio do PROLIND a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) desde o ano de 2010 possui o Curso de Licenciatura Indígena (CLIND), é um curso de formação superior distribuídos em turmas de letras, ciências biológicas, pedagogia e história. Apenas indígenas e sem formação superior que podem ocupar as vagas oferecidas.

Com significativos avanços em relação às políticas da educação escolar indígena, somente através do desempenho prático na realidade local que poderemos afirmar que essas medidas são eficientes para responder as principais demandas locais em relação ao ensino e aprendizagem proposto pelo modelo escolar aqui abordado.

A formação de profissionais indígenas para atuar nas escolas de suas comunidades faz um movimento no sentido de que não é a escola que deve ocupar a comunidade, mas a comunidade que ocupa e se apropria da escola como instrumentos

³ Consultar o sítio da UNEAL:<<http://www.uneal.edu.br/programas/programa-de-apoio-a-formacao-superior-e-licenciaturas-indigenas-prolind>>acesso em: 09 de abril de 2016

que possam lhes favorecer em relação á conquistas de mais direitos e afirmação da sua identidade.

Nesse contexto o sistema educacional relacionado aos povos indígenas se apresenta numa divisão em duas partes que se complementam: educação escolar indígena e educação indígena.

2.1 Educação Indígena

A Educação Escolar Indígena não tem o mesmo significado que Educação Indígena. O fato é que a educação indígena não depende da instituição escolar para que as crianças se atentem as crenças e práticas religiosas, aos significados e os aspectos simbólicos voltados para os processos de socialização do seu povo.

Um exemplo bem evidente relacionado a esta distinção, se dá ao observar crianças correndo espontaneamente para se inserir com passos sincronizados em uma dança do Toré. Este aprendizado passa por processos de observação e transmissão pelo núcleo familiar e por outras relações sociais estabelecidas no grupo étnico o qual a criança faz parte. A partir daí, percebe-se, que é preciso entender que este tipo de apropriação de leitura feita inclusive pelas crianças não foi aplicado obrigatoriamente por um espaço formal de sala de aula.

A Educação Indígena ela se dá de forma integral e continuada, está diretamente relacionada às relações sociais do cotidiano do individuo. Terezinha Machado Maher (2006) considera que esta abordagem sobre Educação Indígena torna-se um recorte histórico sobre os processos educacionais necessários que facilitavam na comunicação, na produção e nas demandas do grupo étnico.

A partir do contato com o “branco”, no entanto, esse conhecimento passou a ser insuficiente para garantir a sobrevivência, o bem-estar dessas sociedades. É preciso agora também conhecer os códigos e os símbolos dos não-índios, já que estes e suas ações passaram a povoar o entorno indígena (MAHER, 2006, p. 17).

2.2 Os jogos Koiupanká na Educação Escolar Indígena: noções de alteridade.

Com base nos princípios que norteiam a educação diferenciada ou educação escolar indígena, no ano de 2006, os educadores e educadoras da Escola Estadual Indígena Anselmo Bispo de Sousa, que está localizada no sítio Roçado, na aldeia Koiupanká começaram organizar atividades desportivas como um instrumento pedagógico de acordo com Plano Político Pedagógico (PPP) da escola. Segundo o diretor da escola, Professor Francisco João da Silva (Francisco Koiupanká), começaram a fazer uma sistematização de conhecimentos, juntando saberes local da comunidade no que se refere à história cultural, religioso e lúdico relacionando com o conhecimento interdisciplinar aplicado na grade curricular da escola indígena, buscando assim seus próprios instrumentos pedagógicos de acordo com a realidade local. Nesse processo cada professor ficou com responsável por uma turma e de acordo com sua área de ensino

A sistematização de alguns saberes locais da aldeia Koiupanká para compor aos jogos indígenas não precisa necessariamente seguir um método formal escolar, técnico, pois, aplica-se aí a metodologia continuada⁴. Segundo Meliá (1997):

Os povos indígenas mantiveram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica. Em outros termos: continuou havendo nesses povos uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura venha a se produzir nas novas gerações, e também encare, com relativo sucesso, situações novas. (MELIÁ, 1997 p. 21-22).

Na afirmação abordada por Bartolomeu Meliá é possível afirmar que o grupo étnico Koiupanká ao criar e se apropriar de ações pedagógicas que interferem diretamente de modo positivo nas formas de contar sua história, simbologias e organização, ele está desenvolvendo uma função de manutenção da alteridade do grupo, função essa adquirida com a contribuição feita por meio da educação indígena.

Alteridade “é um aspecto fundante na antropologia” (PEIRANO, 1999), um debate científico ainda recente na sociedade contemporânea, globalizada e pós moderna. Porém é um aspecto bastante complexo de se entender, não é um termo resumido em contextos generalizados. A noção de alteridade está acompanhada em uma perspectiva plural, ou seja, tem como ponto de partida o contato com o outro (diferente), processo

⁴ Metodologia continuada é o que está conceituada no presente texto como educação indígena.

de diferenciação da organização sociocultural entre diferentes grupos étnicos ou sociedades e que a partir desse contato possibilita a criação mecanismos de construção de diálogo e conhecimento sobre a cultura do outro, gerando assim outros caminhos, novos “fluxos” que dialogam com as diferenças de forma ampla.

Esses “novos fluxos” tratam-se do desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos (FLEURI, 2003, p. 497) que tende a possibilitar o respeito e o dialogo na busca de paridades de direito.

A noção de alteridade (PEIRANO, 1999) no presente texto direciona-se para contextos educacionais, uma vez que a escola é o espaço de socialização de saberes, culturas, e diferentes modos de vida que se expressam no espaço físico escolar através das relações sociais que se formam entre as categorias que compõem a dimensão da organização escolar. Aspectos de um mundo globalizado interferem diretamente nessas questões, pois, com o avanço da universalização das informações tendencia a uma uniformização cultural, provocando até conflitos devido às diferentes visões de mundo de cada sociedade.

São nessas circunstâncias dada pela sociedade capitalista e globalizada, que o modelo de educação é tido como responsável e mediador de conflitos nos processos de ensino e aprendizagem, referendados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que no caso da educação escolar indígena aspiram evidenciar “a diversidade étnica e cultural que compõem a sociedade brasileira”. A educação escolar indígena aparece nesse contexto como uma quebra de um paradigma. Pode-se dizer que a educação escolar indígena é fruto de um movimento de alteridade dos povos indígenas do Brasil e através dela, além de outras políticas e ações do próprio movimento indígena se mantém o processo de socialização de saberes e reafirmação da sua identidade étnica.

Compreender as noções de alteridade relacionadas a processos educacionais, que supera os modelos de educação institucionalizada e abre caminhos para novos diálogos e “relações inter grupais mais amplas e suas subdivisões – étnica geracional” ajuda a compreender o presente trabalho sobre os jogos indígenas Koiupanká, organizado pela escola indígena da aldeia.

3 - Jogos indígenas Koiupanká

Antes da primeira edição dos jogos indígenas, professores da Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza já realizavam atividades desportivas voltadas á questões étnicas a fim de sensibilizar os/as jovens para aderirem às tradições e por conta dos desafios apresentados na época: como a não existência de uma escola diferenciada, o êxodo provocado pela ausência de políticas públicas essenciais para sobrevivência e a luta pelo reconhecimento e demarcação da terra (Francisco Koiupanká, 19 de dezembro de 2015).

Referente às primeiras edições dos jogos indígenas Koiupanká, O prof. Francisco, contou que os recursos logísticos foram do que a escola tinha a oferecer: alimentação, dormitório e trabalhos feitos de artesanato, pois foram as primeiras experiências e não tinha a proporção de educadores/as, participação de outras comunidades e principalmente apoio financeiro para arcar com uma grande estrutura.

No ano de 2014 a escola foi contemplada pelo Programa “Mais cultura na escola” (criado no primeiro mandato de Dilma Rousseff) entre os mais de cinco mil projetos. O Programa Mais Cultura na Escola até aquele momento era uma ação do Governo Federal em uma dimensão de gestão interministerial entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MINC) e tem por finalidade fomentar ações que promovam experiências culturais em curso em comunidades e múltiplos territórios.⁵ Em 2015 não foi possível à realização dos jogos indígenas por não haver apoio financeiro ao grupo por parte do Estado.

Karuazú e Kalankó realizaram em 2015 os pré-jogos. A realização de atividades de pré-jogos ainda é algo muito recente. Pré-jogos são ações sugeridas pelos Koiupanká proposto a fim de incentivar com sua experiência outras comunidades indígenas como foi o caso dos Kalankó, só que em menores delineamentos que traçam além de um momento de lazer, uma prática pedagógica e uma forma de preparação para os jogos Koiupanká. Nessas duas aldeias ainda não possuem escolas indígenas, os/as estudantes que vivem nessas aldeias têm as suas aulas na zona urbana, mas estas

⁵ Acessar o manual de desenvolvimento das atividades: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/manualdesenvolvimento_maisculturanasescolas_periodo+eleitoral_19-08.pdf/ecf78e5c-f9bd-4528-a427-a1c906d12c56 > - acessado em 22 de dezembro de 2015.

atividades foram realizadas por jovens, adolescentes e algumas lideranças que participaram de outras edições dos jogos Koiupanká. Os Geripankó também já estão realizando atividades desportivas por meio da educação escolar indígena e tendo o apoio de alguns professores Koiupanká.

A quarta edição dos Jogos Indígenas Koiupanká, foi sucedida nos dias 19 (abertura), 20 e 21 do mês de dezembro de 2014. Durante estes dias apenas observei, até porque na ocasião toda a comissão organizadora e algumas lideranças da aldeia estavam com dedicação em exclusiva às atividades.

Segundo Francisco, no início era um projeto pequeno e pensado apenas para a escola, mas foi tomando grandes proporções e acarretou no envolvimento de outros grupos étnicos e o envolvimento dos outros indivíduos da comunidade que se tornam os principais sujeitos das narrativas de sua história e sua de resistência, que possibilitou o envolvimento de outras aldeias indígenas do sertão alagoano como os povos Karuazú, Katokin e Geripankó, localizados no município de Pariconha; e Kalankó que ficam no município de Água Branca.

A participação desses grupos citados se deu na interação da realização das provas com a presença de estudantes pertencentes a essas aldeias e algumas lideranças. Também se fizeram presentes de dois representantes da etnia Pataxó, do município de Porto Seguro, do estado Bahia, que realizam a mais de uma década grandes atividades desportivas também com a denominação de Jogos Indígenas. Os representantes Pataxós contribuíram no apoio de algumas provas e na produção áudio visual de todas as provas.

Outros métodos adotados pelos professores/as para a divulgação dos jogos foram os de se apropriarem de ferramentas criadas por tecnologias que conecta o indivíduo facilmente com o restante do mundo. A utilização de sites, blogs, aplicativos, páginas e perfis de redes sociais de internet tornaram-se instrumentos de apropriação dos povos indígenas a fluir o diálogo com outros grupos étnicos e a sociedade não indígena, além disso, têm sido instrumentos de articulação para dar visibilidade das ações do movimento indígena que favorece no incentivo a introdução principalmente de jovens no movimento e nos trabalhos em rede como a Rede de Juventude Indígena (REJUNDI). A comunidade possui blog e página no facebook, gerada pelos professores e professoras que divulgam suas principais atividades do ano.



FOTO 03: Pajé Antonio Koiupanká (camisa azul) e o Pajé Antonio Kalankó (camisa amarela). Entre eles estão crianças, jovens e adultos das aldeias Koiupanká e Kalankó. Jogos Indígenas do dia 19 de dezembro de 2014. Fotografia: Wellington Neto.



FOTO 04: Crianças e adolescentes da aldeia Jeripancó prestigiando as provas do sábado a tarde logo após a prova de arco e flexa – Jogos Indígenas 2014 . Fotografia: Wellington Neto

A escola diferenciada diante de diversas adversidades assume o papel protagonista na formação cultural de um povo que envolve faixa etária desde criança até a fase adulta. A noção de alteridade estendida pela a missão da escola indígena passa pelo processo de apropriação da cultura do ambiente que o sujeito está inserido, fase que possibilita compreender os significados e o processo de construção da identidade cultural. Seguindo esta lógica, compreendo que as práticas dos jogos indígenas é um instrumento pedagógico que contribui no processo de aprendizado tanto para quem é de dentro da comunidade como para quem acompanha de fora e transmite um sistema de significados, que permite compreender determinada sociedade e sua cultura.

3.1 Regras dos Jogos Indígenas Koiupanká

A aldeia Koiupanká foi a primeira do estado de Alagoas a realizar atividades desportivas desta magnitude. Organizada com projeto pedagógico apresentando toda a metodologia e do regulamento contendo os critérios para participarem das provas. Todo este material pedagógico é produzido pela equipe de educadores da aldeia.

No projeto pedagógico dos jogos dispõem as disciplinas e os conteúdos que são abordados durante todo o processo dos jogos, contemplando as 14 modalidades das competições. As disciplinas envolvidas são: português, matemática, biologia, química, física, geografia, história, sociologia, educação física, artes e filosofia. Para os professores indígenas Koiupanká, conforme consta no projeto pedagógico a interdisciplinaridade nos jogos favorece no aprendizado coletivo e na construção de conhecimentos não somente dos indivíduos diretamente ligados na instituição escolar, pois provoca um envolvimento maior de toda aldeia.

Ao analisar o projeto pedagógico dos jogos, percebe-se que todas as modalidades são relacionadas a lazer, trabalho e meios de sobrevivência aparentemente de forma lúdica. As modalidades realizadas nos jogos de 2014 foram: modalidade tacape, modalidade cabo de guerra, modalidade corrida do maracá, modalidade corrida do sexto, modalidade arco e flecha, modalidade zarabatana, modalidade badoque, modalidade corrida do pote, pithiá, estilingue, luta corporal, peteca, quebra de braço e burduna. Materiais como arco, flechas e zarabatanas eram de responsabilidade de cada aldeia.

Todas as modalidades dos jogos foram realizadas em uma arena grande que fica no sítio roçado. Esta arena foi construída pelo pessoal da própria comunidade. Chão de barro batido e espaço isolado com um cercado de madeira e barbante de cipó em volta de toda arena, nome de referência a espaços de jogos. O isolamento é feito para evitar aglomeração de quem não faz parte da competição, mas nem sempre acaba funcionando.

Os organizadores deram o nome do espaço dos jogos de Arena Towê, que significa “*espaço de festa*”. A entrada na arena dos jogos só é permitida com a autorização da coordenação; Também foi necessário o uso de um carro de som para fazer a narrativa das competições e para chamar os/as competidores/as. O carro de som foi doado pela prefeitura do Município assim como uma máquina *patrol* que serviu para tirar o mato onde fica a arena e deixar o chão em formato plano; para indígenas da comunidade e visitantes se abrigarem da chuva e nas horas fortes do sol foram colocadas três tendas brancas grandes doadas pela secretaria estadual de educação.

3.2 Modalidades do jogo Koiupanká

Modalidades são as categorias e provas de todas as competições com objetos que apresentam aspectos simbólicos da cultura indígena⁶:

1. Tacape: a pessoa que participar da prova fica com os olhos vendados para tentar acertar o alvo. O alvo é um pote que fica no meio da arena de areia onde os jogos são realizados. O tacape é um instrumento de madeira, chamado popularmente de porrete, forte e foi utilizado por muitos povos antigos como arma e para acertar animais em caças. Atualmente é utilizado pelos Koiupanká para bater o feijão seco retirado das roças nas roças.

⁶ Infelizmente não possível o registro fotográfico de todas as modalidades do IV jogos Koiupanká



Foto 05: Crianças Koiupanká com o tacape; imagem produzida no dia 20 de dezembro de 2014 - Jogos Indígenas Koiupanká. Fotografia: Wellington Neto.

A fotografia acima foi registrada durante uma apresentação teatral a qual crianças contavam sobre o papel da liderança indígena que deve se portar como guerreiro. Em algumas sociedades o tacape é também um instrumento de guerra e jogo. A próxima fotografia foi registrada pela Escola Indígena Anselmo Bispo de Souza e mostra a utilização do que aqui estamos chamando de “tacape” como um instrumento de trabalho para a quebra do feijão de corda seco.



Foto 06: Quebra de feijão de arranca seco no núcleo roçado da aldeia Koiupanká. Fotografia: perfil oficial do facebook da escola Anselmo Bispo Koiupanká, publicada no dia 08 de janeiro de 2015.

2. Cabo de Guerra: por meio de uma corda longa dois grupos opostos usam a força durante três minutos para conseguir maior parte da corda. Esta competição é realizada entre homens e mulheres e disputada entre diferentes grupos étnicos do sertão que participam dos jogos. Esta atividade é realizada nos jogos Koiupanká para lembrar o tradicional ritual Pankararú chamado de puxada do cipó.

A fotografia apresentada a seguir foi registrada durante a primeira experiência dos jogos indígenas organizado pela equipe de professores da Escola Estadual Indígena José Carapina, na comunidade Ouricuri do grupo étnico Geripankó. Momento também considerado como preparação dos estudantes Koiupanká para seus jogos. Nessa foto aparece as mulheres, a maioria professoras da escola dos Koiupanká, vestidas no uniforme de cor preta e da escola dos Geripankó que na ocasião acabou vencendo a prova.



Foto 07: competição feminina entre Koiupanká e Jeripankó. Imagem produzida no dia 10 de junho de 2016 durante os jogos da aldeia Jeripankó – Fonte: Wellington Neto.

3. Corrida do Maracá: é um instrumento sagrado, de grande valor cultural e religioso para diversos povos indígenas, indispensável nas práticas ritualísticas do povo Koiupanká. Os indígenas que competem nos jogos realizados na aldeia fazem o revezamento do maracá num percurso de 300 metros por meio de corrida segurando o maracá;



Foto 08: Corrida do maracá. Imagem retirada da página oficial (facebook) da escola Ancelmo Bispo de Sousa, período dos jogos na aldeia Geripankó realizado pelos professores indígenas da aldeia com a participação dos estudantes Koiupanká no dia 10 de junho de 2016. Fonte: <www.facebook.com/photo.php?fbid=1590106277948880&set=pb.100008485689420.-2207520000.1472596490.&type=3&theater>, link acessado em 29 de agosto de 2016.

4. Corrida com o cesto: o cesto feito de cipó é um utensílio muito comum em comunidades rurais e comunidades tradicionais é utilizado para diversas finalidades, muito comum também entre os Koiupanká. É um balaio utilizado principalmente para guardar frutas e outros tipos de alimentos. Nesta prova, é realizada uma corrida que participam pessoas do sexo masculino ou feminino, estudantes da escola indígena. Na corrida do cesto é feito um revezamento entre os participantes com o utensílio cheio de fruto do ouricuri, alimento muito comum na região do sertão. A fotografia a seguir mostra o percurso que as estudantes indígenas Koiupanká fizeram durante essa competição.



Foto 09: Corrida do cesto na cabeça em volta dos potes – Jogos Indígenas Koiupanká, 20 de dezembro de 2014. Fonte: Wellington Neto.

5. Arco e flecha: instrumentos utilizados por diversas sociedades indígenas e carregados por grandes valores simbólicos e sagrados em sociedades indígenas. Esta competição é realizada em referimento ao ritual da flechada do imbú dos povos Pankararus. Nesta modalidade, pessoas do sexo masculino devem acertar um alvo tendo três tentativas.



Foto 10: modalidade arco e flecha - Jogos Indígenas Koiupanká, 19 de dezembro de 2014. Fotografia: Wellington Neto.

As fotografias referentes à competição de arco e flecha demonstra a participação e concentração dos estudantes Geripankó durante a realização dessa prova no período do IV jogos indígenas Koiupanká.



Foto 11: Alvo da modalidade da prova da flecha – Jogos Indígenas Koiupanká, 19 de dezembro de 2014. Fonte: Wellington Neto.

6. Zarabatana: instrumento também histórico utilizado desde as sociedades primitivas. Utilizado para a caça e mobilização de animais através do veneno que era colocado no dardo da peça. Não é utilizado para trabalhos cotidiano de caça e abate na comunidade Koiupanká e não se sabe de registro desse instrumento entre os povos indígenas do nordeste;



Foto 12: modalidade zarabatana, jogos indígenas Koiupanká, 19 de dezembro de 2014. Fonte: Wellington Neto

7. Badoque: assim como arco e flecha é instrumento muito antigo com características parecidas. Retira-se o arco da flecha e coloca uma pedra no local, isso em tamanho muito pequeno, em formato de “y”, para atirar a pedra é usado um material como elástico feito de pedaços de borrachas. Nesta modalidade cada participante da prova também teria que acertar o alvo; o badoque é uma nomenclatura comum naquela região do sertão, em outros locais é chamado de estilingue. É um instrumento antigo que é utilizado para caça de animais pequenos como aves e utilizado entre as crianças que costumam brincar na caatinga.
8. Corrida do pote: A corrida de pote acontece de formas distintas: a primeira com as meninas estudantes da comunidade que tem que encher de água os potes grandes e vence quem encher primeiro, a outra forma desta competição é numa

corrida de aproximadamente 100 metros com pessoas com homens carregando o pote nas costas e mulheres no colo ou na cabeça.

O pote é um utensílio também comum em sociedades indígenas e não indígenas, é muito utilizado na comunidade para guardar a água que serve para beber.



Foto 13: Corrida do pote, na aldeia Geripankó realizado pelos professores indígenas da aldeia com a participação dos estudantes Koiupanká no dia 10 de junho de 2016; Fonte: Wellington Neto

9. Pithiá: Essa é uma das provas mais animadas dos jogos. O Pithiá é feito da palha do ouricuri em formato de trança, participa homens e mulheres (jovens), cada competidor entre um corredor formado por mulheres, as mulheres seguram cada uma segura um pedaço de galho de uma planta chamada cansanção, o cansanção é um arbusto urticante que provoca forte coceira e queimaduras no contato com a pele. Nesta atividade o competidor passa pelo corredor onde as mulheres começam a passar a chicotear o cansanção em suas pernas, além disso, ele tem que disparar três pedras pequenas, um de cada vez em dois potes cheios de água;

10. Luta corporal: geralmente quando nos referimos à luta corporal nos vem a ideia de conflito, combate violento através da força física com a intenção de estabelecer a dominância sobre o rival. Nos jogos Koiupanká a luta corporal aparece com outro sentido e com outra dinâmica. A prova realizada foi realizada na noite do dia 20 de dezembro de 2014 (terceira noite) por homens e mulheres é inspirada na rapidez do gato maracujá. O gato maracujá é um animal conhecido da região do semi-árido pela agilidade e façanha.

Nesta atividade cada competidor deve usar agilidades de ataques e defesa, cada um coloca um pacote (saco plástico) com argila molhada nas costas e os adversários devem estourar este saco e passar a argila branca no rosto do adversário.

O propósito da luta corporal nos jogos Koiupanká está relacionado a compreender as habilidades do corpo;

11. Peteca: O jogo da peteca é de origem indígena e ultrapassou sociedades não indígenas que criaram várias regras para o jogo. A peteca tem uma base parecida com bola pequena de borracha tendo ainda duas penas. Na aldeia Koiupanká, em formato de círculo os competidores se organizam e devem jogar a peteca uns para os outros foi eliminado quem deixou a peteca cair ficando apenas uma pessoa como vencedor. Nesta prática desportiva participaram crianças e jovens;

12. Quebra de braço: também outra modalidade que representa resistência física e é também uma brincadeira praticada em sociedades não indígena. As pessoas que competiram não podiam deixar que o oponente virasse o braço do outro para a posição horizontal. Participaram dessa prova jovens homens e mulheres. A próxima fotografia mostra a disputa entre duas jovens Koiupanká que chamou bastante atenção de quem assistia aos jogos na noite do dia 20 de dezembro de 2014.



Foto 14: Quebra de braço feminino nos jogos indígenas Koiupanká 2014. Fonte: Imagem retirada da página oficial do facebook da escola Ancelmo Bispo de Sousa, através do link <https://www.facebook.com/profile.php?id=100008485689420&sk=photos&collection_token=100008485689420%3A2305272732%3A5> acessado em 30 de abril de 2016.

13. Borduna: a prova é feita pelo arremesso da borduna e vence a competição aquela pessoa que arremessar o mais longe possível em três tentativas.

A borduna é um dos instrumentos antigos na cultura bélica indígena, instrumento que tem atualmente um forte valor simbólico relacionado à luta no movimento social indígena por direitos constitucionais mostrando o valor simbólico da bravura de algumas etnias. A borduna é feita de madeira dura com uma ponta de bico e desenhos e pinturas que variam de um grupo étnico para outro.

Na noite do dia 19 de dezembro de 2014 foram realizadas outras atividades que não exerciam habilidades físicas, com apresentação teatral encenada pelas crianças da escola da comunidade na qual abordaram o tema “o ser guerreiro na infância”, tratou-se de uma encenação sobre a importância da preservação das matas e animais. Além dessa atividade houve exposição, troca e venda de ervas medicinais como o chá do feijão andú ou também pode ser chamado de guandu (varia entre as regiões), que serve para substituir o café normal e ajuda a estancar hemorragias, erva muito comum na região. Nessa noite de participação das mulheres da comunidade que não estão engajadas diretamente na educação escolar indígena, porém cumpre um papel diário na educação do cuidado a saúde com apropriação de preparos feitos por ervas medicinais.

(...) ultrapassar uma dimensão temporal e espacial, mas principalmente, tentam demonstrar sua cultura e práticas étnicas que permanecem e que são apresentadas ampla e publicamente em reproduções materiais representadas nas vestes, pinturas e adornos corporais, formas de alimentação e de veneração aos encantados, e principalmente de se auto-apresentar com suas particularidades étnicas renovadas a partir de elementos identitários considerados tradicionais na forma de reconhecimento das populações indígenas nacionais, vistas genericamente a partir de elementos visíveis reconhecidos nas sociedades indígenas (MARTINS, 2007,p 150).

As práticas corporais dos jogos Koiupanká não se expressam apenas nas competições que exigem habilidades físicas, elas vêm acompanhadas pela caracterização do corpo através das pinturas e vestimentas que são indispensáveis e estão presentes no regulamento do jogo. Este tipo de caracterização é também uma expressão de pertencimento ao grupo étnico.

Para a identificação dos/das participantes das provas, era necessário está utilizando uma ombreira que faz parte da veste indumentária de quem participa, tendo na ficha de inscrição a informação de qual comunidade o/a participante pertence.

3.3 O Toré



Foto 15: dança do toré encerramento dos jogos na aldeia Geripankó com a presença dos Koiupanká e Katokin no dia de junho de 2016; Fotografia: Wellington Neto.

A dança também se apresenta como um dos principais instrumentos educativos tendo o uso do corpo uma função pedagógica, carregada de mistérios, sentidos e significados das suas práticas culturais. A abertura de cada prova, homens e mulheres, jovens, adultos, idosos e principalmente crianças seguem o ritmo sincronizado dos passos no chão do “terreiro” trazendo a ancestralidade e se apresenta como um espaço de reafirmação da sua identidade étnica e das relações sociais de paz estabelecidas entre os indivíduos da comunidade e com outras aldeias que participam e prestigiam os jogos.

O toré é um elemento marcante que está presente em todas as etapas dos IV Jogos Koiupanká o qual é permitido todas as pessoas indígenas que desejam inserir - sem naquele momento do rito mesmo não estando participando em nenhuma modalidade dos jogos. Estes são os principais momentos de interação entre os povos indígenas presentes durante a culminância dos Jogos Koiupanká.

Em todos os momentos dos jogos havia presença forte do som da maraca e do pisado da dança do toré. “O toré pode ser dançado em alguns momentos por todos, inclusive *não indígena convidado*; dança tipicamente religiosa, que tem muitas finalidades, entre elas: agradecimento, festa, louvor, penitência, selar amizades” (Vieira, 2010 p. 16). No início de cada prova dos IV Jogos Indígenas Koiupanká é puxado um toré pelos organizadores e/ou lideranças de outras aldeias, nesse caso, apenas indígenas poderiam participar do momento.

A luta por se mostrar índio – e não se diluir entre os regionais e perder suas características identitárias (ou adesão étnica) – se promove e se consolida, em larga medida, na instância ritual dos torés promovidos e mantidos com trabalho pelas pessoas engajadas na manutenção da etnicidade indígena (GRÜNEWALD, 2005, p. 14).

Grünewald (2005) acentua o toré como elemento cultural-religioso construído a partir da crença e tradições estabelecidas por cada povo. Salienta ainda que o toré possa ser ademais constituído por “motivações étnico-políticas”, ou seja, segundo Grünewald o toré é um ritual que indígena que se tornou também um instrumento de afirmação da identidade étnica frente ao Estado.

3.4 O jogo e o rito

(...) o conceito de jogo não se resume apenas na ideia de competições, mas cultural, com fragmentos religiosos e lúdico processo pedagógico utilizado para atrair principalmente os mais jovens (Francisco Koiupanká).

Em alguns momentos de rituais como o praiá, ritual do milho, da mandioca e queimada do murici as comunidades dos Koiupanká mudam suas atividades rotineiras. Estes momentos de rituais como o da queimada do murici ocorrem geralmente em abril ou março (sábado da semana santa) quando passam por um momento espiritual profundo apenas entre indígenas (VIEIRA, 2010). É o período que comemoram o seu ressurgimento.

Nos IV Jogos Koiupanká todos os momentos de provas são abertos para serem prestigiados por não indígenas, mas apenas indígenas podem participar das provas. Não indígenas casados com indígenas não podem participar dos jogos como atletas, mesmo morando há anos na aldeia. Conjecturo que tal ocorrência aconteça devido às circunstâncias ritualísticas que ocorrem no início de cada prova, sendo que nessa comunidade indígena rituais são somente permitidos a indígenas.



Foto 16: Dança do Toré puxado pelo pajé Antonio Kalankó na abertura da prova arco e fecha – Jogos Indígenas Koiupanká, 19 de dezembro de 2014. Fotografia: Wellington Neto.

Antes do café da manhã do domingo as lideranças dos jogos se encontraram em um espaço reservado para um momento de ritual para pedir proteção aos seus encantados durante as atividades do dia. Não observei o ocorrido, pois entendia as limitações impostas em trabalho de campo pelos organizadores e preferi ficar com as crianças que muito cedo já estavam acordadas, enquanto umas crianças tomavam café, alguns educadores pintavam as outras crianças que cantavam e tiravam fotos do corpo pintado com argila e folha de jenipapo.

De acordo com Levis-Strauss (1997) é essencial fazer algumas ponderações sistemáticas entre o jogo e o rito:

O jogo aparece (...) como disjuntivo: ele resulta na criação de uma divisão diferencial entre os jogadores individuais ou das equipes, (...). No caso do jogo, a simetria é pré-ordenada; ela é estrutural, pois decorre do princípio de que as regras são as mesmas para os dois campos. (...). No caso do ritual, ocorre o inverso: coloca-se uma assimetria preconcebida e postulada entre profano e sagrado, fiéis e oficiantes, mortos e vivos, iniciados e não-iniciados etc., e o 'jogo' consiste em fazer passarem todos os participantes para o lado da parte vencedora, através de fatos cuja natureza e ordenação têm um caráter verdadeiramente estrutural (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 48).

Lévi-Strauss em suas análises sobre a antropologia estrutural do jogo e do rito, ao observar alguns rituais chega à conclusão que as relações e as diferenças entre jogo e rito são estruturais: “todo jogo se define pelo conjunto de suas regras, que tornam possível um número praticamente ilimitado de partidas; mas o rito, que também se ‘joga’, parece-se mais com uma partida privilegiada, retida entre todas as possíveis, pois apenas ela resulta em certo equilíbrio entre dois campos” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 46).

Lévi-Strauss (1997) aponta que jogo e rito são estruturantes devidos seus conjuntos de regras, mas afirma que a religião não é um jogo, assim percebe-se relações e as diferenças entre jogo e rito de forma mais evidente: num jogo, no final de cada partida os indígenas que participarão se distinguirão entre os que venceram e os que perderam. No ritual esse processo é inverso, consolidado sem classificação entre perdedores ou vencedores, estabelecendo assim um conjunto de união.

A intenção não é simplificar os rituais aos processos dos jogos. Compreendo que o ritual abrange maiores proporcionalidades que podem permear forma de organização de cada povo indígena e também em diversos contextos, inclusive em

atividades como os jogos Koiupanká que se pode afirmar sua preponderância na educação indígena presente comunidade envolvida.

Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho buscou discorrer sobre as práticas lúdicas, religiosas e desportivas realizadas por crianças, adolescentes e jovens. O intuito foi de identificar reais contribuições para os sujeitos da aldeia indígena Koiupanká. Ao se debruçar sobre os estudos dos jogos indígenas na aldeia Koiupanká, constata-se que parte rudimentos pré-concebíveis podem ser considerados condizentes com a contextualização encontrada no apanhamento de alguns dados etnográficos.

Sendo assim, este estudo colaborou para identificar e afirmar algumas possibilidades: a realização dos jogos Koiupanká é uma ideia de reinvenção de práticas culturais que se deram a partir do contato com outros grupos étnicos e organizações indígenas que se basearam em competições olímpicas das sociedades ditas “civilizadas”, mas criando metodologias e objetivos vindos dos próprios indígenas, as quais patenteiam estratégias e finalidades convergentes, mas também com particularidades próprias. Ou seja, compreende-se que as estratégias e finalidades apresentam características convergentes no sentido que a execução dos jogos possibilitou celebrar e compartilhar experiências que proporcionaram a interação entre pessoas de variadas faixas etárias da aldeia e as boas relações entre os grupos étnicos que participaram dos jogos; Por outro lado, as estratégias e finalidades possuem particularidades com interesses internos: tornar-se visível para setores da sociedade não indígena por meio da prática da alteridade possa fortalecer a garantia das políticas públicas reivindicadas pelos Koiupanká, e a estratégia adotada para consubstancializar os conceitos teóricos entre a educação indígena e a educação escolar indígena.

Na condição de pesquisador, apenas a observação das provas dos jogos Koiupanká no período de sua culminância, não facilita a compreender os significados dos elementos culturais, estruturais e as dimensões que compõem os objetivos dos jogos. É indispensável afirmar que as percepções dos elementos mencionados só foram possíveis devido às narrativas dos sujeitos responsáveis, ao acesso aos projetos pedagógicos dos jogos, leituras e pesquisas sobre a educação escolar indígena e com a minha participação na construção de um dos projetos que tinha como finalidades angariar recursos para os jogos, esse projeto tornou-se essencial no estreitamento das afinidades entre o pesquisador e os sujeitos investigados e possibilitou a coleta de dados relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

Sabemos que nas ciências sociais nenhuma pesquisa deve ser considerada conclusiva. A pesquisa sobre os jogos indígenas em Koiupanká, pelo fato de ser uma prática em processo de gestação, exigiu uma responsabilidade muito maior na busca de referenciais para chegar às conclusões expostas nos breves capítulos deste trabalho, pois se trata ainda, de um exercício na construção e buscas de conhecimentos e aprimoramento dos próprios índios, sujeitos implícitos nestes jogos, nos quais buscam, não tão somente expectativas de afirmações identitárias, mas também uma forma ímpar de organização e aprofundamento de experiências enquanto povos indígenas contemporâneos, de modo que, este trabalho ou a pesquisa sobre os jogos Koiupanká na educação escolar indígena, propõe novos caminhos para mais uma linha de estudo das ciências sociais dentro da área da etnologia indígena.

Referências

AMORIM, Siloé Soares de. Os Kalankó, Karuazú, Koiupanká e Katokin: resistência e ressurgência indígena no alto Sertão Alagoano. 428 f. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto alegre, 2010.

Almeida, A.J.M. Esporte e cultura: esportivização de práticas corporais nos jogos dos povos indígenas. Universidade de Brasília, Brasília 2008.

Atlas do Esporte no Brasil, 2005. Organização: Lamartine Da Costa.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

Barata, G. Afirmação da identidade indígena no esporte. Ciência. cult, vol 59, Mar,2007.

Brasil, MEC. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, SEF/MEC. Brasília, 1998.

Fassheber, J.R. M. Etnodesporto indígena: contribuições da antropologia social a partir das experiências entre os Kaingang. 2006. Tese de doutorado em Educação física.

FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUNAI: Jogos dos povos indígenas. Disponível em: <www.funai.gov.br/indios/jogos/novas_modalidades> - Acesso em 19 de janeiro de 2015.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do toré. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (org.). Toré: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

Jogos e Cultura Indígena: possibilidades para uma educação intercultural na escola / organização: Beline Saléte Grado – Cuiabá: EdUFMT, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Maher, Terezinha Machado. Formação dos Professores Indígenas: uma discussão introdutória; coleção Formação de professores indígenas: repensando trajetórias / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MARTINS, S. A. C. (2007) org. Atlas das Terras Indígenas em Alagoas Relatório Técnico CNPQ.

MEC:< portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Ind%C3%82%C2%A1gena.pdf> - acesso em 19 de janeiro de 2015.

MELIÀ, Bartomeu. Ação pedagógica e alteridade: por uma pedagogia da diferença. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação /Conselho de Educação escolar Indígena de Mato Grosso, 1997.

Monteiro, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo/ John Manuel Monteiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Projeto Pedagógico do IV Jogos Indígenas Koiupanká 2014.

R. FACED, Salvador, n.18, p.87-99, jul./dez. 2010

Regulamento do IV Jogos Indígenas Koiupanká 2014.

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização. Petrópolis: Vozes, 1970.

Vieira, Jorge Luis Gonzaga. Povos do sertão de Alagoas: Confinamento, Diáspora e Reterritorialização. Revista Fórum Identidades, Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A fabricação do corpo na sociedade xinguana e Alguns aspectos do pensamento Yawalapíti (Alto Xingu): classificações e transformações In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (org.) sociedades indígenas & indigenismo no brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

